



Os sem-teto aguardam apenas a regularização dos lotes pelo governo do DF para ocupar a área verde de mais de 10 hectares, próxima a QE 44 do Guará II

Invasores ocupam áreas no Guará e em Taguatinga Norte

Cooperativas querem que o novo governo regularize os lotes em terras públicas e autorize a construção de moradias

Newton Araújo Jr. e
Nicolas Bonvakiades
Da equipe do **Correio**

As ocupações em áreas públicas do Distrito Federal, iniciadas ainda às vésperas da mudança de governo, espalham-se em espaços cada vez maiores. Numa área verde de mais de 10 hectares nas proximidades da QE 44 do Guará II, mais de 20 cooperativas de moradores reivindicam do governo a regularização dos lotes e autorização para começarem a construir.

“Não somos invasores. Estamos aqui apenas para garantir que não haverá invasões nessa área que nos foi prometida pelo IDHAB (Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF)”, diz o publicitário Ariovaldo Miles, diretor da Ação Beneficente de Amparo Social (Abas). Famílias inteiras fazem rodízio em barracas improvisadas, para garantirem a fixação à terra. A Abas é apenas uma das 19 cooperativas que tomaram conta da área desde o último dia 22 de dezembro.

Mas o novo governo não pretende validar de imediato qualquer ato do IDHAB. “Vamos suspender toda e qualquer distribuição de lotes. Sabemos que são cooperativas cadastradas no IDHAB, mas queremos conhecer quais os critérios fixados. Pedimos essas informações ao governo anterior, que não nos repassou”, lamenta a arquiteta Ivelise Longhi, nova secretária de Obras.

“Vamos coibir toda e qualquer invasão, mas não será feita de imediato nenhuma ação de desocupação”, adianta Ivelise. “A Polícia Militar está de prontidão para apoiar os fiscais das Administrações Regionais ou do IDHAB, caso necessário”, informa o comandante Ribeiro, da Polícia Militar.

Essas cooperativas chegaram a criar um Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, com sede no edifício Concei, no Guará II. “O objetivo desse fórum é distribuir lotes para cada associado”, diz o publicitário Ariovaldo.

Segundo Ariovaldo, essas 19 cooperativas reúnem cerca de 2.400 as-

sociados. Eles contrataram a empresa San Remo Empreendimentos, que realizou o levantamento topográfico do lugar: “Por esse estudo, aqui é possível a implantação de 3.000 lotes de 200m².”

O custo desse levantamento topográfico — R\$ 25 mil reais —, que deveria ser dividido entre todos os associados, provocou a cisão do grupo. As cooperativas Associação de Filhos dos Pioneiros (Asfip) e Associação dos Moradores Antigos da Candangolândia (Asmac), cada um com 100 associados, não concordaram em pagar a taxa que lhes cabia e partiram para uma invasão autônoma. “Temos que dormir aqui, para evitar que o grupo das 19 nos expulse”, diz Irani Silva Nascimento, da Asfip.

Todas essas cooperativas estão em conflito (não declarado) com a Cooperativa Habitacional dos Pioneiros do DF (Coohpdf), que garante ser a única com direito a ocupar o local. Essa cooperativa, com 937 associados, foi a primeira a entrar na área, ainda no último dia 28 de novembro. “Estamos nessa luta há quatro anos e somos todos inquilinos no Guará. Essas outras cooperativas são de outras cidades do DF. Por que eles não vão reivindicar áreas em suas cidades?”, questiona Eliane Barbosa Lima, diretora da Coohpdf.

INVASÃO VIP

Não é só o Guará que está na mira dos invasores de terras públicas. Em Taguatinga Norte, a área destinada ao complexo de lazer e turismo do TaguaPark, na altura da chácara 109 da Colônia Agrícola Samambaia — colônia que se transformou num setor de mansões — está sendo cercada com arame farpado e preparada para ocupação, apesar de placas indicando que a terra pertence à Terracap.

Mas ali não são invasores com barracos de medeirite ou tendas de lona que estão de olho na terra. A área está sendo limpa por um trator e operários foram contratados para colocar os mourões e o arame farpado. “Fomos contratados para colocar as cercas, mas não sabemos quem está pagando. Sempre aparecem umas pessoas por aqui que a gente não sabe quem é. Acho que é algum tipo de invasão”, diz um dos trabalhadores, sem se identificar para não se indispor com o patrão.

A secretária Ivelise Longhi já tomou conhecimento de mais essa ocupação. “Há uma informação de que essa área seria objeto de uma ação judicial da qual não temos conhecimento”, diz. O assunto foi encaminhado à assessoria jurídica do governador.